

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Matéria: Direito do Trabalho II - DTB 0328

Professor: Paulo Eduardo Vieira de Oliveira

Monitoras: Mariane Brasil; Glória Trogo; Giovanna Magalhães e Caroline Azevedo.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Por força do princípio da conciliação, os juízes do trabalho devem usar seus bons ofícios e poder persuasório na busca de uma solução negociada para o conflito em qualquer fase da audiência (art. 852-E/CLT). No rito ordinário, devem propor obrigatoriamente a conciliação antes da apresentação da defesa (art. 846/CLT) e após o encerramento da instrução (art. 850/CLT). SIM / NÃO. Justifique sua resposta

2. Caracteriza o princípio da simplificação de procedimentos a norma que permite aos trabalhadores e empregadores reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações durante todo o processo, inclusive interpor recursos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), independentemente de advogado. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

3. A ação promovida por servidora municipal para reivindicar direitos relativos ao vínculo estatutário deve ser ajuizada na Vara do Trabalho do município em que o serviço é prestado. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

4. Em decisão prolatada em 25/05/2017 o STF – por maioria de 6 x 5 – negou provimento a recurso que defendia a competência da Justiça do Trabalho para julgar a abusividade de greve de guardas municipais que trabalham em regime celetista. À luz da interpretação do STF, considerando a competência material, como deve ser interpretado o inciso I, do artigo 114 da CR/88 no que se refere aos servidores da Administração Pública? Especifique a interpretação quanto às matérias gerais envolvendo a relação de trabalho e a questão da abusividade da greve no serviço público.

5. Atualmente a competência para a execução de honorários advocatícios é da Justiça Comum e não da Justiça do Trabalho. Com a edição da Súmula 363 pelo STJ, o entendimento do TST em relação à competência para cobrança de honorários advocatícios contratuais foi alterado, visto que a relação entre o advogado e seu cliente é regida pelo artigo 653 do Código Civil e não configura relação de trabalho a ensejar a competência da Justiça do Trabalho nos moldes do art. 114, I, da Constituição Federal. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

6. A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações possessórias (reintegração de posse, interdito proibitório, manutenção de posse) ajuizadas em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada, conforme Súmula Vinculante nº 23 do STF. SIM / NÃO. Justifique sua resposta

7. Suponha que uma determinada reclamada tenha sido condenada a pagar a quantia de R\$ 200.000,00, constando do título judicial que R\$ 140.000,00 correspondiam a verbas de natureza salarial, e R\$ 60.000,00, a verbas indenizatórias. Após o trânsito em julgado, reclamante e reclamado celebraram acordo, homologado judicialmente, colocando fim à execução, no equivalente a R\$ 150.000,00. Nesse caso, segundo a OJ 376 da SDI-II do TST, responda: A contribuição previdenciária deve ser calculada sobre qual valor? Justifique

8. A Justiça do Trabalho é competente para executar as contribuições sociais reservadas às entidades integrantes do denominado Sistema S (SESI, SESC, SENAI, etc.), ainda que estas não detenham natureza previdenciária. Igualmente, a Justiça do Trabalho é competente para julgar demanda em que o empregado pleiteie indenização do empregador pela falta de fornecimento das guias de seguro-desemprego. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

9. No ambiente de trabalho e durante a relação de trabalho podem ocorrer inúmeros ilícitos penais (Exemplo: apropriação indébita, falsificação de documento, calúnia, difamação, assédio sexual...). Entretanto, por força de interpretação conforme do art. 114, I, IV e IX da Constituição, dada pelo STF em 11/05/2020 na ADI 3684 a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar ações de natureza penal, inclusive os crimes contra a organização do trabalho. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

10. A atividade fiscalizatória exercida pelos conselhos profissionais (EX: CFOAB, OAB e CREA) não possui natureza trabalhista, mas sim de poder de polícia, motivo pelo qual não se insere no rol de competências da Justiça do Trabalho. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

11. Como regra geral, a empregada deve propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade. Como exceção, a competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor. SIM / NÃO. Justifique sua resposta

12. Nos termos do artigo 651 da CLT, tratando-se de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, ao trabalhador a lei assegura a opção de ajuizamento da reclamação trabalhista no foro da prestação de serviços ou no do seu domicílio. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

13. Sucessores ou herdeiros de trabalhador vítima fatal de acidente de trabalho podem ajuizar na Justiça do Trabalho a ação indenizatória por danos morais em face do empregador (dano em ricochete, reflexo ou indireto), conforme Súmula 392/TST. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

14. Não havendo convenção internacional dispondo em sentido contrário, a competência territorial das Varas do Trabalho estende-se às lides ocorridas em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro, independentemente da nacionalidade do empregador. SIM / NÃO. Justifique sua resposta

15. As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal por envolver agente da União. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

16. O inciso V do art. 114 da CF estabelece a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista. Entretanto, não existe conflito de competência entre TRT e Vara do Trabalho a ele vinculada. Nesse caso há hierarquia entre os órgãos, devendo a Vara acatar a decisão do TRT conforme Súmula nº 420 do TST. SIM / NÃO. Justifique sua resposta e explique como funciona a solução de conflitos entre órgãos com jurisdição trabalhista.

17. Tratando-se de contrato individual de trabalho, a cláusula que estipula foro de eleição não possui validade, ante as inderrogáveis disposições legais que delimitam a competência da Justiça do Trabalho. Ajuizada, porém, reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho da localidade escolhida no contrato, prorrogada estará a competência daquele juízo, se não oposta, tempestivamente, a exceção de incompetência em razão do lugar. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

18. Nos dissídios individuais que tenham como parte empregado agente ou viajante comercial, a Vara competente para solucionar o conflito será a do domicílio do empregado ou da localidade mais próxima. Havendo, porém, Vara do Trabalho na localidade em que a empresa tenha agência ou filial, ainda que a ela não esteja subordinado o empregado, o aludido órgão judiciário será, preferencialmente, o competente para conhecer da reclamação trabalhista e julgá-la. SIM / NÃO. Justifique sua resposta.

19. Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho — SAT, que tem natureza de contribuição para a seguridade social (arts. 114, VIH e 195, 1, “a” da CF), pois destina-se ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho. SIM/NÃO. Justifique sua resposta.

20. Quanto à aplicabilidade do Código de Processo Civil e da Lei de Execuções Fiscais ao Processo do Trabalho,

A) havendo dúvidas de interpretação, o direito processual comum será fonte concorrente ao direito processual do trabalho, em todas as suas fases.

B) a Consolidação das Leis do Trabalho não apresenta dispositivos tratando do tema, ficando a critério do julgador a exegese cabível aplicada ao caso concreto.

C) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto

naquilo que for incompatível com as normas previstas no denominado Processo Judiciário do Trabalho.

D) na fase de execução do Processo do Trabalho não serão aplicados os preceitos que regem os executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

E) a Lei de Execuções Fiscais será aplicada de forma concorrente e preferencial aos trâmites e incidentes na fase de execução do Processo do Trabalho, de forma que prevalecerão tais normas ainda que contrariem as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Justifique as alternativas erradas.